



Programa de Iniciação Científica

## **A AFIRMAÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO NO BRASIL APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO**

Relatório final apresentado à Assessoria  
de Pós-graduação e Pesquisa do  
UniCEUB.

Professor orientador: Solano Nascimento  
Aluno bolsista: Lívia Nogueira  
Curso: Comunicação Social – Jornalismo

Brasília, 2º semestre de 2006

## **Sumário**

1 INTRODUÇÃO .....	3
1.1 Tema/ problema de pesquisa .....	3
1.2 Objetivos.....	3
1.3 Justificativa .....	4
1.4 Revisão da bibliografia/ Fundamentação teórica.....	4
1.5 Metodologia .....	6
2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....	7
2.1 História do jornalismo investigativo.....	7
2.2 Jornalismo investigativo na redemocratização – 1985 .....	9
2.3 Prêmio Esso .....	11
2.4 Análise das reportagens ganhadoras do Prêmio Esso de Jornalismo desde 1985 até 2005.....	12
2.4.1 Autoria das reportagens .....	13
2.4.2 Regiões das reportagens .....	14
2.4.3 Método de apuração .....	14
3 RESULTADO DA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	17
CONCLUSÃO.....	19
REFERÊNCIAS.....	20

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema/ problema de pesquisa

Estudiosos convergem para o fato de que o jornalismo investigativo, como tendência, só apareceu no Brasil a partir da redemocratização que, em meados da década de 80, deu fim às duas décadas do regime militar. Este estudo se debruça sobre essa recente e rica fase do jornalismo brasileiro, identificando e analisando grandes exemplos de jornalismo investigativo e de grandes reportagens. Para isso, a intenção é aproveitar o cinquentenário do prêmio Esso de Jornalismo, o mais famoso prêmio jornalístico do país, e buscar as reportagens que foram as vencedoras das 21 edições do prêmio ocorridas entre 1985, quando se encerrou o regime militar, e o ano de 2005.

## 1.2 Objetivos

A intenção primordial do estudo é conhecer, com detalhes, grandes reportagens jornalísticas produzidas após o regime militar. Para isso, serão buscados os seguintes objetivos específicos:

- a) Localizar e fazer cópias dos exemplares de jornais e revistas que tenham as reportagens vencedoras das 20 edições do prêmio Esso de Jornalismo a serem estudadas;
- b) Identificar, com detalhes, nessas reportagens as principais técnicas de apuração jornalística utilizadas;
- c) Identificar e analisar os temas abordados nas reportagens vencedoras, o que permitirá observar tendências distintas de temáticas buscadas logo depois do regime militar;

- d) Identificar em que publicações, regiões e estados do Brasil foram publicadas as reportagens vencedoras, o que permitirá a elaboração de um “mapa” das grandes reportagens publicadas no período.

### **1.3 Justificativa**

Ao contrário do que ocorre em outras áreas de conhecimento, o jornalismo brasileiro é carente de memória. Há escassas publicações sobre grandes reportagens e sobre as formas como elas foram produzidas, e a maioria das que existem são relatos autobiográficos dos autores. Uma das relevâncias do presente estudo é contribuir para resgatar a memória da produção jornalística de alta qualidade em um período importante, ainda que triste, da história do país. O estudo também é importante por permitir o contato com técnicas de apuração jornalística, como uso de documentos, localização de testemunhas, realização de entrevistas e outras. Verificar como trabalharam autores que se destacaram na produção jornalística ajuda em muito no processo de formação de jovens repórteres.

### **1.4 Revisão da bibliografia/ Fundamentação teórica**

O jornalista Bob Greene define jornalismo investigativo como aquele que produz a descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa dos repórteres (WAISBORD, 2000, p.26). Não é uma definição a ser menosprezada. Ganhador de dois prêmios Pulitzer, Greene é o jornalista que liderou o famoso Projeto Arizona, um grupo de repórteres de diversos veículos formado para investigar a corrupção da polícia e suas relações com o crime organizado depois que em 1976 o jornalista Don Bolles, do *Arizona Republic*, foi assassinado por tentar divulgar a denúncia. A intenção de Greene e dos companheiros era mostrar que matar um jornalista não é garantia de morte da informação. (SECANELLA, 1986, p.46)

Ettema e Glasser trabalham com a idéia de que há uma distinção entre o jornalismo diário, escravo do tempo de apuração e da necessidade de *dead line*, e o jornalismo investigativo, mais livre dessas amarras. “Verificar os fatos em cada uma e todas suas instâncias é o momento em que jornalistas investigativos mais

profundamente tiram proveito da oportunidade de irem além dos limites do jornalismo diário para confrontar a realidade mais diretamente e completamente”. (ETTEMA; GLASSER, 1998, p.13, tradução do autor)

Apesar dos muitos e bons exemplos isolados, estudiosos convergem para a opinião segundo a qual, como tendência, o jornalismo investigativo só aparece no Brasil após a redemocratização. Em 1985, depois de uma frustrada campanha que tentou reimplantar no país o processo de eleições diretas para presidente da República, o cargo voltou a ser ocupado por um civil: José Sarney. Ele chegou ao posto porque era o vice-presidente da chapa encabeçada por Tancredo Neves, que foi escolhido presidente da República pelo Colégio Eleitoral, mas morreu no dia 21 de abril daquele ano. Ainda que os militares continuassem ligados ao poder e com grande influência em decisões de governo nos primeiros anos da volta dos civis à Presidência, o ambiente proporcionado pela redemocratização abriu espaço para o jornalismo investigativo. “No caso brasileiro, esse tipo de jornalismo se fortalece com a Nova República” (PORTO, 1996, p. 51)

Na avaliação de Campello de Souza, a eclosão de denúncias na imprensa na segunda metade da década de 80, mostrando irregularidades, chegou a contribuir para uma imagem negativa da democracia. Isso ocorreu, para a autora, principalmente entre jovens que pouco conheciam da então história recente do país, com a cobertura jornalística fazendo “uma ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos” (1985, p.588). Para a estudiosa, a falta de informações nas reportagens sobre eventos semelhantes ocorridos no regime militar foi uma das principais causas da ligação equivocada.

É preciso acrescentar que esse mesmo jornalismo investigativo que pode ter prejudicado a imagem da democracia então emergente no país iria, nos anos seguintes e até hoje, revelar torturas e execuções praticadas por militares, ajudando a colocar o rótulo de funesto no regime autoritário que comandou o país entre 1964 e 1985. Para Waisbord, a ascensão do jornalismo investigativo na América do Sul é inseparável de um clima de busca pela verdade sobre os abusos e assassinatos cometidos pelas ditaduras militares (WAISBORD, 2000, p.189).

Uma reportagem investigativa que reflete com clareza a tendência que se formava no começo da redemocratização foi “*Concorrência da ferrovia Norte-Sul foi uma farsa*”, de autoria de Jânio de Freitas e publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 13 de maio de 1987. O primeiro parágrafo da reportagem era tão direto quanto o título:

Foi fraudulenta e determinada por corrupção a concorrência pública, cujos resultados o governo divulgou ontem à noite, para construção da ferrovia Maranhão-Brasília (ou Norte-Sul): a Folha publicou os 18 vencedores, disfarçadamente, há cinco dias e antes até de serem abertos, pela estatal Valec e pelo Ministério dos Transportes, os envelopes com as propostas concorrentes. (FREITAS, 1987, negrito original)

Na reportagem, o autor contava ter publicado na seção de anúncios classificados do jornal um anúncio cifrado, no qual indicava trechos da ferrovia e apontava quais seriam os ganhadores da concorrência. A reportagem listava outros indícios revelando que o conluio envolvia empreiteiras, a empresa estatal Valec, responsável pela obra, e o Ministério dos Transportes.

Essa reportagem foi a ganhadora em 1987 do troféu principal do prêmio Esso. Não foi uma exceção. Grande parte desses exemplos do jornalismo investigativo como tendência está registrada na lista dos vencedores do prêmio Esso de Jornalismo.

O prêmio Esso existe há 50 anos e tem como objetivo premiar trabalhos jornalísticos de profissionais. Foi Criado a partir de um programa institucional da empresa Esso Brasileira de Petróleo.

## **1.5 Metodologia**

O estudo adota técnicas de pesquisa documental para localizar e identificar as 21 reportagens vencedoras da categoria principal do prêmio Esso de Jornalismo no período a ser analisado. Para isso, estão sendo visitados arquivos de jornais e bibliotecas. Após a reunião do material, técnicas de Análise de Conteúdo, mais especificamente no que se refere à categorização (BARDIN, 1995), estão sendo usadas para a criação de categorias que permitam a identificação das técnicas de apuração utilizadas nas reportagens.

## 2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

### 2.1 História do jornalismo investigativo

É difícil definir o nascimento do jornalismo investigativo. Para muitos autores, como tendência, ele aparece entre o final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos, mas só vai ser reconhecido de forma efetiva cerca de cinco décadas mais tarde.

Em meados de 1964, a imprensa passou a ter um papel denunciador, de guardião dos interesses públicos, a partir da reportagem do jornal norte-americano *Philadelphia Bulletin*, ganhadora do prêmio Pulitzer. Ela mostrou policiais envolvidos numa rede de jogos. Poucos anos depois, jornalistas norte-americanos mostraram redes de corrupção e detalhes escabrosos da atuação dos políticos na guerra do Vietnã. A reportagem tida como símbolo do jornalismo investigativo foi publicada em 1972: o caso *Watergate*.

Carl Bernstein e Bob Woodward, jornalistas do diário *The Washington Post*, mostraram que a informação devia ser mais trabalhada, investigada, questionada e verificada. De acordo com Lopes e Proença, a imprensa não podia mais se contentar com *releases* ou comunicados, era necessário que o jornalista instalasse a dúvida na informação oficial, buscasse a informação, e foi exatamente o que os dois repórteres fizeram.

A fonte, conhecida como Garganta Profunda, forneceu a Woodward informações *in off* que ajudaram os jornalistas do *Post* a encontrarem os envolvidos em uma rede de espionagem e acúmulo irregular de recursos para campanha. Após as investigações, os jornalistas descobriram que o presidente Richard Nixon tinha ligação com o crime que deflagrou o escândalo - cinco pessoas tentavam colocar aparelhos de espionagem no comitê do Partido democrata, edifício *Watergate*, e foram presas – o resultado foi a renúncia do presidente.

Para Lopes e Proença, o jornalismo investigativo é a busca pela verdade oculta, é a resposta das dúvidas ocasionadas pelas matérias superficiais. Ele é capaz de promover reformas; expor injustiças; desmascarar fraudes; dar a conhecer o que os

poderes públicos querem ocultar; detectar instituições que não cumprem os deveres; demonstrar como funcionam os organismos públicos; dar informações aos leitores sobre políticos; reconstruir acontecimentos importantes e revelar fatos que os participantes não gostariam que fossem expostos pela mídia. “Ao denunciar a corrupção, as fraudes públicas e toda a forma de atividade ilegal ou má conduta em geral do poder, a imprensa se outorga a responsabilidade de servir de freio aos poderes públicos. (LOPES; PROENÇA, 2003, p.15)

Para Petra Secanella, há uma série de exigências para que uma reportagem seja efetivamente considerada investigativa. O primeiro critério que ela cita é este: “Que a investigação seja o resultado do trabalho do jornalista, não a informação elaborada por outros profissionais (por exemplo, a polícia ou as assessorias de imprensa)”. (SECANELLA, 1986, p.34, tradução da autora). A pesquisadora também inclui entre as exigências o fato do tema da reportagem ser importante para grande parte da população e a tentativa das pessoas investigadas de tentarem esconder o que a matéria jornalística pretende revelar.

O amadurecimento do jornalismo investigativo gerou algumas vertentes. Bill Kovach e Tom Rosenstiel dividem o jornalismo investigativo em três formas: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações. Na primeira, o jornalista é quem desvenda o caso, fazendo uso de táticas policiais e consultas aos documentos públicos. Geralmente, investiga-se instituições oficiais.

Esse tipo de reportagem envolve os *próprios* repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. É um tipo de reportagem que quase sempre acaba em investigações públicas oficiais sobre o assunto ou a atividade denunciada, um exemplo clássico da imprensa pressionando as instituições oficiais em nome do público. Pode usar táticas similares ao trabalho policial, como sair em busca de informação, consultas a documentos públicos, uso de informantes e até, em circunstâncias especiais, trabalho secreto ou monitoração subrepitícia de atividades. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 176 e 177, grifo original)

A reportagem investigativa interpretativa tem a iniciativa do jornalista, mas surge de reflexão, de análise de idéias, da junção dos fatos para se fazer uma informação



mais completa. Alguns críticos dizem que esse tipo de jornalismo investigativo não é equilibrado, pois não é imparcial. E a última vertente é o trabalho jornalístico que acompanha investigações. Os repórteres têm acesso a uma parte da investigação, mas não têm nenhum controle sobre ela.

No lugar de funcionar como um guardião de instituições poderosas, a imprensa fica vulnerável e se converte num instrumento dessas mesmas organizações. Fazer esse tipo de reportagens exige enorme diligência por parte dos jornalistas. Paradoxalmente, as empresas de notícias pensam exatamente o oposto – que podem, livremente, lidar com suspeitas ou alegações porque estão publicando declarações de fontes oficiais, em vez de fazer suas próprias investigações. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 183)

Para William Waack, “em jornalismo investigativo, o jornalista deve ter a capacidade, a habilidade e a dedicação para revelar fatos cujos participantes não gostariam que viessem à tona”. (LOPES; PROENÇA, 2003, p.141)

Para Percival de Souza, “o papel do jornalismo investigativo é fundamental porque ele, de alguma maneira, acaba substituindo aquilo que os poderes públicos deveriam fazer e não fazem; o que as secretarias de Estado, o que as empresas públicas deveriam fazer e não fazem”. (LOPES; PROENÇA, 2003, p.204)

## **2.2 Jornalismo investigativo na redemocratização – 1985**

Para alguns pesquisadores, como Campello de Souza, a imagem da democracia após a redemocratização, em 1985, foi negativa, pois a imprensa começou a publicar matérias que expunham irregularidades que, antes, no regime militar, não eram publicadas. Isso acontecia porque as reportagens feitas neste período eram escassas de informações, por isso, principalmente, os jovens estranharam a realidade que estava sendo divulgada. Para ela, através das coberturas jornalísticas “uma ligação direta e extremamente nefasta entre a desmoralização da atual conjuntura e a substância mesma dos regimes democráticos” (SOUZA, 1985, p. 588) estava sendo feita.

Independentemente desse possível aspecto negativo - que precisa ser ponderado pelo fato de a mesma imprensa que publicou irregularidades no período

democrático ter publicado denúncias sobre perseguições e mortes que ocorreram durante o regime militar -, fica claro pelo entendimento da autora que o jornalismo investigativo aparece como tendência no Brasil exatamente com a redemocratização. Essa idéia é compartilhada por Mauro Porto, para quem “no caso brasileiro, esse tipo de jornalismo se fortalece com a Nova República”. (PORTO, 1996, p. 51)

O jornal *Folha de S. Paulo*, em 1987, publicou a matéria que viria a ser uma espécie de marco do jornalismo pós-regime militar. O jornalista responsável foi Jânio de Freitas que revelou as fraudes feitas na licitação para a construção da ferrovia Norte – Sul. A *Folha* publicou um anúncio na seção de “Negócios” do Classifolha colocando, de forma cifrada, os nomes das empresas que venceriam a concorrência pública para a construção dos dezoito lotes na ferrovia Norte – Sul. O resultado da licitação só seria divulgado cinco dias depois. Logo após a divulgação, o jornal publicou a reportagem apontando a fraude e afirmando ter havido um conluio entre empresas e governo para escolha dos vencedores.

O jornalismo investigativo, como tendência, se consolidou nos anos seguintes e chegou a seu ápice em 1992, com a cobertura do escândalo que culminou com a perda do cargo do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Kucinski associa o *impeachment* de Collor, em setembro de 1992, ao caso *Watergate*. Para ele houve algo semelhante também ao que ocorreu quando Carlos Lacerda fez uso do jornalismo investigativo contra o presidente Getúlio Vargas com matérias que divulgaram casos de corrupção no Palácio do Catete. Kucinski diz que nos três casos – *Watergate*, Collor e Vargas – o jornalismo investigativo foi empregado como arma poderosa para atingir um presidente, abalando-o, encurralando-o e, finalmente, derrubando-o.

Kucinski pertence ao grupo de estudiosos que dizem que o comportamento da imprensa brasileira em relação ao *impeachment* de Collor, principalmente no que se refere às revistas semanais, rompeu o padrão usual de subserviência ao poder, mas ninguém chega a uma conclusão definitiva para explicar tal comportamento.

Uma das melhores hipóteses para explicar Collorgate é a de que a *Veja* e *Isto é*, intimamente ligadas a essa massa de eleitores, estavam expressando o profundo sentimento da traição da classe média brasileira que constitui o seu público referencial. Em primeiro lugar, as classes médias sentiram-se traídas pelo

presidente, que se elegeu acusando seu oponente de planejar o confisco das poupanças populares, quando era ele que planejava esse confisco – e o realizou. Em segundo lugar, um sentimento mais sutil de ter sido traída pela própria mídia, no caso as duas revistas, que trabalharam ativamente pela eleição de Collor e, nesse âmbito, endossaram a trama sobre o confisco da poupança de Lula. (KUCINSKI, 1998, p.172)

Nesse período, a mídia impressa e televisiva retomaram ao posto de fazer jornalismo investigativo que visa à justiça e banimento da corrupção. Iniciou-se assim uma série de matérias que denunciavam o presidente Fernando Collor de Mello. Os leitores, a par de toda balbúrdia que estava o governo, decidiram usar o direito à cidadania e saíram às ruas, com os rostos pintados, todos com um só objetivo: o *impeachment*.

[...] formou-se um novo pacto entre a imprensa e a opinião pública. Um pacto anti-Collor. A imprensa descobriu que lealdade para com o seu público, e não ao palácio do governo, especialmente em tempos de agruras econômicas, poderia ser comercialmente vantajosa, além de moralmente gratificante. (KUCINSKI, 1998, p.175)

Nesse momento, a imprensa brasileira fez jus à definição de jornalismo investigativo feita pelo professor de Ética no Jornalismo Carlos Alberto Di Franco: “A opinião pública percebe, com razão, que só o Jornalismo Investigativo, ancorado na liberdade de expressão e no direito à informação, implodirá a cultura de acobertamento que tem alimentado a hidra da corrupção”. (DI FRANCO apud LOPES; PROENÇA: 2003, p.11)

## **2.3 Prêmio Esso**

Há cinco décadas ininterruptas, desde 1955, o prêmio Esso é a premiação mais importante do jornalismo brasileiro. Com o objetivo de consagrar os trabalhos jornalísticos publicados em jornais, revistas e televisão a empresa Esso Brasileira de Petróleo criou através de um programa institucional essa premiação para os jornalistas profissionais. O Prêmio originou-se a partir do extinto programa de rádio *Repórter Esso*, patrocinado pela empresa e por décadas o mais famoso noticioso radiofônico do país.

A primeira categoria da premiação foi a prêmio Esso de Reportagem. Ganharam na primeira edição, em 1955, os repórteres Mário de Moraes e Ubiratan de Lemos com a reportagem *Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara*. Hoje, existem outras categorias: Prêmio Esso Especial de Telejornalismo; Prêmio Esso de Fotografia; Prêmio Esso de Formação Científica, Tecnológica e Ecológica; Prêmio Esso Especial de Primeira Página e Prêmio Esso de Melhor Contribuição ao Telejornalismo.

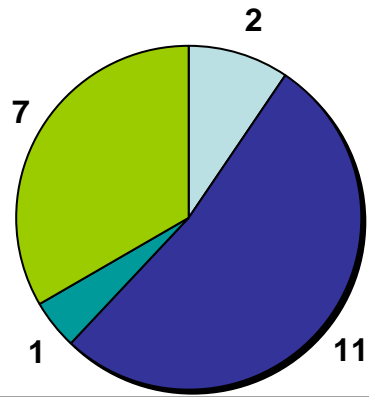
O prêmio Esso promove o reconhecimento dos profissionais de imprensa. Ele é um prêmio exclusivo para jornalistas profissionais e, também, é conduzido e julgado por eles.

Meus agradecimentos a um seletto e variado grupo de jornalistas que, a cada ano, é convocado para o trabalho de julgar os trabalhos de seus colegas. São pessoas com pouca disponibilidade de tempo, até pela importância das funções que exercem na vida profissional, mas que se dedicam a essa tarefa com boa vontade e competência. (JACKSON *apud* MIRANDA; PORTILHO: 1995, 5)

Ao longo dos 50 anos, aproximadamente 20 mil trabalhos jornalísticos concorreram ao prêmio, que funciona como um estímulo para que jornalistas cumpram o papel na sociedade.

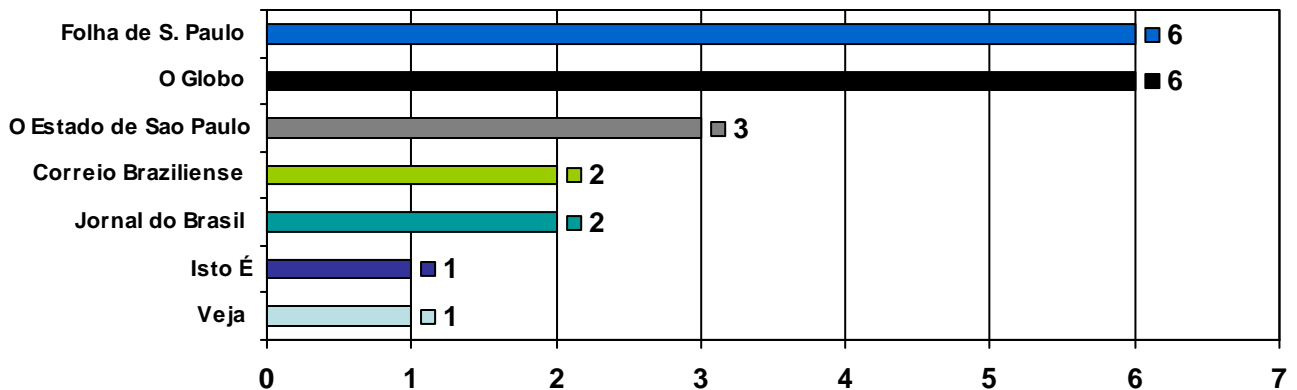
## **2.4 Análise das reportagens ganhadoras do Prêmio Esso de Jornalismo desde 1985 até 2005**

Após o regime militar, o prêmio Esso teve 21 edições. Entre as 21 reportagens vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo, o tema mais abordado foi o da corrupção. Ele apareceu em um total de 14 reportagens, onze delas tratam da corrupção na área política, duas são sobre corrupção na polícia e uma aborda corrupção na justiça. As demais reportagens se dividem entre diversos temas.



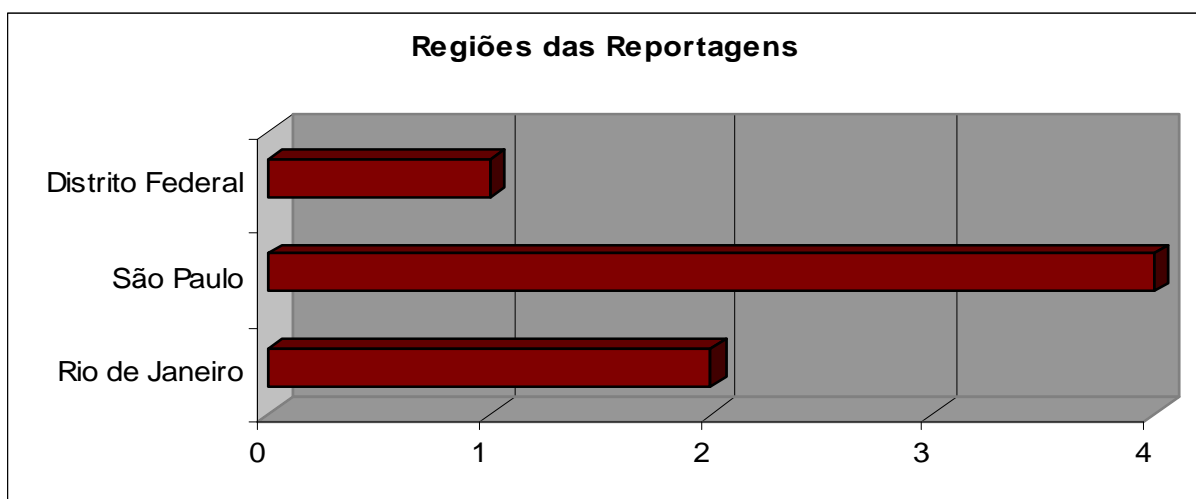
### 2.4.1 Autoria das reportagens

Pode-se constatar que dez reportagens foram feitas em equipe e onze foram individuais. Os jornais que mais ganharam o prêmio foram *O Globo* e a *Folha de S. Paulo* ambos com seis premiações; em segundo lugar, com três, *O Estado de São Paulo*; em terceiro, com duas premiações, também houve empate entre o *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*. As revistas *Veja* e *Isto É* ganharam apenas uma vez cada uma.

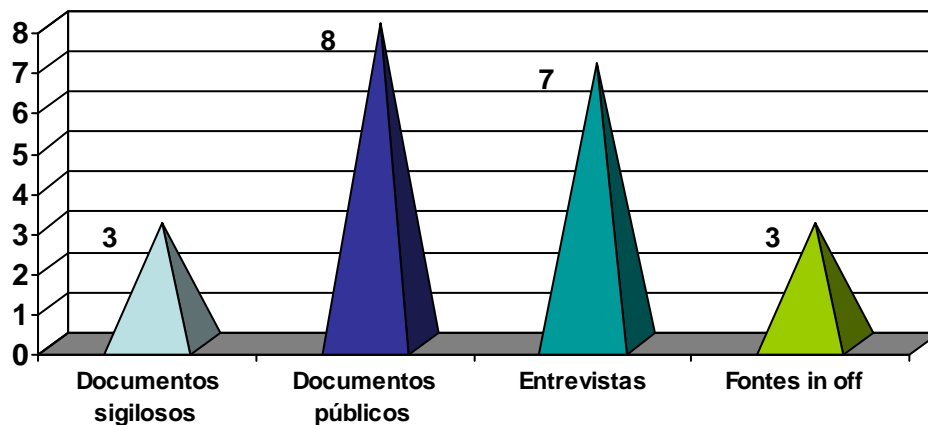


### 2.4.2 Regiões das reportagens

As premiações concentram-se nos estados da Região Sudeste. Dos sete veículos que ganharam, quatro são de São Paulo: *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo* e as revistas *Veja* e *Isto É*. Dois são do Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil* e *O GLOBO* e um é do Centro-Oeste, do Distrito Federal: *Correio Braziliense*.



### 2.4.3 Método de apuração



Em relação à principal técnica de apuração utilizada pelo jornalista, o quadro acima mostra que onze matérias fizeram uso de documentos. A técnica usada para apuração dos fatos é um elemento fundamental para se obter um bom resultado.

[...] como podemos peneirar rumor, fofoca, memória oscilante, interesses manipuladores e tentar capturar alguma coisa da forma mais precisa possível, sujeita à revisão sob a luz de nova informação e perspectiva? [...] No dia-a-dia, essas são as questões reais enfrentadas por aqueles que tentam recolher a informação, entendê-la e depois transmiti-la a outros. [...] os jornalistas funcionam apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 112)

Consultar documentos, seja ele sigiloso ou público, foi uma técnica muito empregada nas ganhadoras do Esso. Entre as dez matérias que usaram este recurso, três tiveram as informações tiradas de documentos sigilosos. Uma que vale lembrar é “*A lista da fisiologia*”, 1988, de Gilberto Dimenstein, da *Folha de S. Paulo*.

Durante seis meses de reportagens, Dimenstein revelou nomes de pessoas envolvidas no esquema de distribuição irregular de verbas feita pelos integrantes da Secretaria de Planejamento. O jornalista teve acesso aos dados sigilosos dos computadores e, na matéria do dia três de fevereiro daquele ano, ele publicou, na íntegra, o nome de todos os envolvidos no desvio de verba.

Em relação ao uso de documentos públicos, a matéria de 2004, “*Os homens de bens da ALERJ*”, do *O Globo*, merece destaque. Os sete jornalistas (Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flávio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes) apenas consultaram as declarações de bens dos candidatos, documento exigido pelo Tribunal Regional Eleitoral. Todos têm acesso a esse tipo de documentação, mas poucos reconhecem este direito.

A partir daí, os repórteres mostraram que parlamentares aumentavam rapidamente o patrimônio. Alguns progrediram os bens até 100%. Este crescimento de bens gerou a cassação de alguns deputados.

As 21 ganhadoras do prêmio Esso tiveram como técnica principal de apuração entrevistas, fontes in off, consultas a documentos sigilosos e/ou públicos e o *feeling* jornalístico: percepção de ver algo errado, diferente e ir atrás do “algo mais”. Um bom exemplo disso é a matéria ganhadora do ano de 1998, “*Teste do Guaraná*”, da Maria Elisa Alves e Rolland Gianotti, jornal *O Globo*.

Após escândalo envolvendo quadrilhas de falsificadores de medicamentos, os jornalistas decidiram verificar a precisão dos laboratórios de análises clínicas e patologias, e então testaram a qualidade dos exames de urina. Ao invés de colocarem urina nos potes, eles puseram uma mistura de guaraná com água. Os resultados foram surpreendentes: 12 dos 14 laboratórios emitiram laudos como se o líquido realmente fosse urina. Os jornalistas conseguiram provar a falta de seriedade na maioria dos laboratórios.

Kovach e Rosenstiel relatam a importância do jornalismo investigativo quando o assunto é o poder da imprensa em alertar o público sobre um fato ou uma situação. “Nesta nova era da mídia cabe aos jornalistas desmascarar as invenções e mentiras [...] É a sua missão”. (2003, p. 207)

Entrevistar a pessoa certa e no momento certo também pode garantir uma boa matéria. Foi a técnica usada em três das 21 ganhadoras do prêmio Esso de Jornalismo. Em 1992, em meio as denúncias de corrupção contra o então o presidente, Fernando Collor de Mello, seu irmão, Pedro Collor de Mello - descontente com a negociação feita por Paulo César Farias (amigo do presidente), que havia adquirido o jornal *Tribuna de Alagoas*, concorrente do *Gazeta de Alagoas*, veículo que era administrado por Pedro - decidiu conceder uma entrevista para a equipe da revista *Veja*.

No início da conversa, a equipe da revista perguntou se ele estava ciente de que as afirmações e denúncias poderiam colocar o governo e o país em situação delicada. E, ele apenas respondeu: “Absolutamente consciente”. Durante a entrevista, Pedro Collor fez revelações sobre a vida política e pessoal do presidente Fernando Collor.



Após a divulgação da entrevista, a polícia federal investigou PC Farias e foi criada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a rede de corrupção.

Em 1972, o termo *deep throat* – garganta profunda – foi utilizado pela primeira vez. Este é o nome pelo qual ficaram conhecidas fontes que não podem ter a identidade revelada, são as informações *in off*. Este tipo de fonte foi recurso usado em três matérias escritas no período da pós-ditadura militar. A primeira em 1987, por Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, que revelou as fraudes feitas na licitação para a construção da ferrovia Norte – Sul.

E, dez anos depois, em 1997, Fernando Rodrigues, também da *Folha*, apresentou aos leitores o “Sr. X”. Havia boatos de que deputados, governadores e um ministro de Estado estavam envolvidos com o comércio de votos: eles os vendiam em favor da emenda que permitiria a reeleição do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e em troca recebiam dinheiro.

Fernando Rodrigues conseguiu uma pessoa que se dispusesse a gravar conversas em que os suspeitos, sem saber da gravação, assumiam a venda dos votos. A matéria denunciou vários deputados e governadores e gerou renúncias de mandados. Até hoje, a identidade do “Sr. X” não foi revelada.

### **3 RESULTADO DA ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

As tabelas anteriores trazem uma referência científica às suspeitas de autores citados anteriormente que têm estudado a produção jornalística brasileira e da América Latina. Como referiram o argentino Waisbord - em pesquisa publicada nos Estados Unidos sobre jornalismo na América do Sul – e a brasileira Campello de Souza, por exemplo, é clara a impressão de que o jornalismo investigativo brasileiro se dedica a mostrar irregularidades relacionadas a autoridades tão logo termina a

ditadura militar e, assim, se criam melhores condições para a divulgação de reportagens com denúncias contra os detentores do poder.

É o que fica claro na análise feita. Os dados avaliados mostram que dois terços de todas as grandes reportagens escolhidas pelo mais importante prêmio de jornalismo no Brasil abordaram especificamente o tema da corrupção de funcionários públicos. Em sua maior parte, envolvendo política, mas também houve denúncias em relação a policiais e à justiça. É como se, no afã de reconquistarem a liberdade de imprensa, jornalistas brasileiros resolvessem praticar em grande escala o tipo de apuração jornalística que lhes estava sendo proibido.

As conclusões também deixam claro a supremacia em produção e qualidade do jornalismo da região Sudeste do país. Apesar da capital brasileira já ter sido transferida para o Centro-Oeste há mais de quatro décadas e de estados como Minas Gerais e o Rio Grande do Sul terem veículos de comunicação muito fortes, é em São Paulo, o centro econômico do país, e no Rio de Janeiro, uma espécie de centro cultural que já abrigou a capital, que está a maioria dos jornais e revistas que conquistam o prêmio jornalístico mais importante do Brasil.

Fica ainda evidente pela análise que o uso de documentos, tanto públicos quanto sigilosos, e de entrevistas dadas com ou sem a condição do anonimato foram as técnicas de apuração mais empregadas pelas reportagens destacadas pelo prêmio Esso no período.

## CONCLUSÃO

O estudo permitiu dar suporte científico à idéia de que jornalismo investigativo, tal como foi definido no começo do texto, aparece como uma tendência da redemocratização. Além disso, também como já referido, a avaliação das temáticas das reportagens deixa clara a linha adotada pelo jornalismo brasileiro de pretender atuar como uma espécie de guardião dos interesses públicos, também uma característica típica do jornalismo investigativo.

O aprofundamento da análise dos temas das reportagens e, principalmente, a avaliação das técnicas de apuração utilizadas nas matérias jornalísticas vencedoras do prêmio Esso mostraram que o jornalismo investigativo está cumprindo o papel de ser transparente e crível.

A transparência tem uma segunda virtude: mostra o respeito dos jornalistas por seu público. Permite a este julgar a validade da informação, o processo pelo qual essa mesma informação foi obtida [...] o empenho do jornalista em ser transparente sobre seu próprio trabalho tem o papel vital no processo de mostrar que o profissional está de fato comprometido com a verdade. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 127)

As conclusões deste estudo abrem caminho para o aprofundamento da análise das reportagens ganhadoras da categoria principal do prêmio Esso. Definidas temáticas e técnicas de apuração principais, uma linha interessante para novos estudos seria o contato com os ganhadores dos prêmios para saber as razões pelas quais se dedicaram a determinados assuntos, as dificuldades que enfrentaram e sua satisfação ou não com o material produzido. O estudo agora concluído também poderá servir, posteriormente, para comparação com os resultados de premiações no período posterior, a partir de meados desta década. Isso poderá mostrar se as tendências de temas e técnicas foram mantidas ou alteradas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 7 ed. Lisboa: Edições 70, 1995

BELOCH, Israel e FAGUNDES, Laura Reis (Orgs). *Uma história escrita por vencedores. 50 anos do Prêmio Esso de jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória Brasil, 2006

ETTEMA, J. S, e GLASSER, T. L. *Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue*. New York: Columbia University Press, 1998

FREITAS, Jânio de, *Concorrência da Ferrovia Norte-Sul foi uma farsa*. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos\\_do\\_jornalismo-03.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/marcos_do_jornalismo-03.shtml). Acesso no dia 09 mai. 2005

Introdução à história do Prêmio Esso de Reportagem: <http://www.premioesso.com.br>

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo*. Tradução de São Paulo: Geração Editorial, 2003

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998

LOPES, D. F, e PROENÇA, J. L (Org.) *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003

MIRANDA, Guilherme. (Org.) *Prêmio Esso: 40 anos do melhor em jornalismo*. Rio de Janeiro: Memória: Relume Dumará, 1995

SECANELLA, Petra M. *Periodismo de investigación*. Madri: Editorial Tecnos, 1986

PORTO, Mauro P. *A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia* (pp. 41 a 64). In Baquero, M. (Org.), *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 1996

SOUZA, Maria do C. C, *A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles* (pp. 563 a 627). In Stepan, A. (Org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America*. New York: Columbia University Press, 2000